

Desenvolvendo a capacidade de ser algodão em cristais

8 minutos de leitura

Por Ítala Lima Fialho

Defensor Vitor Kikuda conta um pouco de sua história de vida e de sua trajetória profissional. Conheça o trabalho da 10.^a Defensoria Pública cível, além de projetos institucionais recentes da Subcorregedoria.



Gosta de pescar. Aprecia a natureza. Leitura preferida: livros de psicologia para entender como é o comportamento humano. Mania: faz questão de buscar o assistido na recepção para gerar conexão desde o primeiro contato. Para o defensor Vitor Kikuda, gestos que parecem simples como abrir a porta para o assistido e manter-se calmo em situações de conflito podem desarmar quem está sob tensão.

“Todo dia acontece algo mágico em nossa vida, só que não estamos prestando atenção. É preciso desenvolver a capacidade de ser algodão em cristais, ou seja, extrair o melhor das relações no cotidiano”, afirma Vitor ao compartilhar para a Dcom um pedaço da sua história de vida e seus 15 anos de Defensoria.

Filho de um Issei (nome que se dá à primeira geração de imigrantes japoneses) e de uma brasileira, Kikuda traz no sobrenome raízes da cultura oriental. A história dele começa no interior de São Paulo, na cidade de Promissão, onde viveu parte da infância e adolescência. O clima quente do município, considerado o berço da imigração japonesa, fez o paulistano optar definitivamente por viver em Manaus anos depois.

“Vivi até a adolescência no interior, numa cidade pequena de 40 mil habitantes, e precisei me mudar para a capital com a família depois que meu pai faleceu. Senti o impacto da correria da cidade grande. Você imagina um estudante que deseja tanto ter uma profissão, e o Estado está oferecendo uma escola que não tem professor; eu nem sabia se iria conseguir terminar o ano. Foi uma fase difícil”, relembra.

Apesar das adversidades da rede pública de ensino como a falta de corpo docente e vagas, a ânsia por aprender de Vitor Kikuda o tornou frequentador assíduo de bibliotecas. “Consegui me manter preparado, porque frequentava bastante bibliotecas; em cada bairro de São Paulo havia uma. Você meio que se torna um autodidata para conseguir superar esses desafios. Acredito que tenha sido a leitura que me ajudou a chegar à faculdade”, afirma.

Em 1997, Vitor ingressou no curso de Direito na Universidade Cidade de São Paulo. Logo no primeiro dia de aula, as palavras do professor ficaram marcadas em sua memória.

“De todas as crianças que começam a estudar no ensino fundamental, apenas 6% terminam uma faculdade. Vocês são privilegiados de estarem neste lugar; foi o que ele disse. E então naquele momento refleti quantos colegas tive que eram pessoas bem fortes intelectualmente, mas enfrentaram esses obstáculos e no meio do caminho se perguntaram: para que vou fazer vestibular se não tenho nem aula de física? É triste! Uma realidade que não

Trajetoária Profissional

Quando se formou, Kikuda já tinha vontade de sair da capital para um lugar mais tranquilo. “São Paulo era muito agitada, então sempre tive aquela vontade de me formar e sair. Eu vim para Manaus em 2003, no feriado do carnaval. Decidi visitar minha mãe, que já tinha se mudado para cá”. O clima logo “de cara” o encantou, pois havia uma conexão com a cidadezinha onde passou parte da sua infância.

“Eu gosto muito de Manaus por conta do clima quente; até porque a cidade em que eu morava no interior de São Paulo era mais próxima de Mato Grosso. Naquela época, Manaus me lembrava muito esse lugar. Eu me dei bem com o calor baré, com esse clima abafado. Realmente adoro, até porque não me dou bem com frio”, revela.

Em Manaus, Vitor trabalhou em um escritório de advocacia, onde conheceu o advogado Antônio Cavalcante, que mais tarde se tornaria também defensor público. Coincidência ou destino, os dois são até hoje colegas de trabalho.

“A vizinha da minha mãe me apresentou o Antônio Cavalcante, que na época atuava em um escritório de advocacia. Passei um bom tempo trabalhando com ele. Trabalhei com um colega que hoje é defensor. Antônio é um cara muito culto; aprendi muito sobre a história e a cultura da cidade com ele”, conta.

No serviço público, Vitor começou sua carreira como servidor. Encarou a maratona de estudo para concurso e foi aprovado. “Na época em que a minha filha já tinha nascido, queria algo mais flexível para aproveitar o tempo em família. Então busquei o privilégio de ter os horários mais definidos para conseguir, por exemplo, levar minha filha à escola e realizar outras atividades”.

mudou muito; isso deveria envergonhar o brasileiro de uma forma muito intensa. Vivi essa realidade de perto”, desabafa o defensor.

Como membro da DPE-AM, Vitor Kikuda ingressou na intuição há 15 anos, tendo passado por todas as áreas de atuação da Defensoria.

A partir da segunda metade da década de 90 a oferta de vagas não constituía condição suficiente para assegurar a democratização do acesso ao ensino superior. Parte da população de 18 a 24 anos, que formava a clientela preferencial a ser atendida, nem mesmo estava apta a disputar uma vaga nos exames vestibulares em razão da desigualdade de renda entre as famílias e fatores internos à escola, como a disponibilidade e a qualidade dos recursos pedagógicos. Esses fatores concorriam para que os alunos nem mesmo conseguissem transpor a barreira da 8.ª série do ensino fundamental, deixando assim de constar como efetivos demandantes de educação superior.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão responsável pelo aprimoramento das políticas públicas no Brasil.

Casos marcantes no atendimento à população vulnerável

O início da jornada como defensor, no interior, ainda é motivo de nostalgia. “Todo dia acontece uma coisa mágica em nossa vida, só que a gente não está prestando atenção. O mundo é bem corrido, e a gente nunca percebe, né? No interior é inacreditável como isso acontece. As pessoas te tratam como um filho. Naquela época a Internet era precária, nem havia celular, e meus atendimentos se estendiam. Eu gostava disso; sempre gostei de conversar e de ouvir. Os dois anos passaram até bem rápido, foram agradáveis e dão saudade”, disse.

Nos anos seguintes, já na capital, o defensor atuou na Zona Leste, respondendo pela área de família e pela primeira Vara da Maria da Penha. Nesse período teve contato com alguns dos casos que considera marcantes no atendimento à população vulnerável. Entre eles, o de uma mulher que sofria violência física do companheiro e mesmo com medida protetiva ainda se encontrava em situação de risco.

“Eu não posso voltar para casa, não tenho família aqui em Manaus”, relatou ela. “A situação dessa assistida era um pouco mais perigosa, porque havia possibilidade de violência física, mesmo com a medida protetiva. Nesses casos, a mulher sente muita vergonha de compartilhar com os parentes a situação. Com o apoio da equipe envolvida no caso, ela conseguiu reagir. Como ela não tinha recursos, conseguimos comprar uma passagem para que voltasse ao seu lar e pudesse rever a família. Também me lembro de outro caso em que a juíza começou a dar decisões mais criativas. A assistida tinha oito filhos, e o casal estava se divorciando. A mãe tinha a guarda unilateral das crianças. Eles tinham uma casa bem simples que, em regras gerais, deveria ser dividida. Procuramos encontrar uma solução, e a juíza, muito sensível na época, não vendeu essa casa, então a mãe ficou com o direito de habitação até o último filho alcançar a maior idade”, relata Kikuda.

Para o senhor, ser defensor público é? “O defensor nunca pode perder a noção de que a base do Direito são as Ciências Humanas. É importante ouvir bastante, mais do que falar. É interessante como a gente aprende mais ouvindo que falando. Ser defensor é tentar transformar o caos em uma tentativa de solução. É desenvolver a capacidade de ser algodão em cristais, ou seja, extrair o melhor das relações no cotidiano. No momento em que as partes estão sob estresse, o defensor busca conter o nível de tensão. É um desafio com que lidamos diariamente como defensor”.

Subcorregedoria da DPE-AM

Vitor Kikuda se despede este ano do cargo de subcorregedor, em que atuou no biênio de 2020-2022. Dentre os projetos desenvolvidos, o Código de Ética e as atividades da Comissão de Avaliação de Desempenho de membros e servidores da Defensoria marcam sua passagem.

Como foi a experiência de participar da elaboração do Código de Ética da DPE-AM? Também nos fale da importância deste instrumento.

Uma ótima oportunidade de aprendizado. Sou muito grato. Esse projeto foi desenvolvido com o corregedor Marco Aurélio e a subcorregedora Karlla Queiroz. Para a elaboração deste documento, recebemos uma consultoria. Então, desde a formatação inicial do Código, foi uma fase de bastante aprendizado, sendo uma nova sistemática de aquisição desse comportamento. A regra ética serve para facilitar a vida dos profissionais; é para tornar o trabalho e as relações respeitadas. Organizações onde trabalhei tinham isso bem claro; eu sabia como deveria me comportar e ficava bem tranquilo. Então, vejo que essas regras são fundamentais para termos uma instituição com um clima organizacional saudável.

10.^a Defensoria de primeira instância cível

A 10.^a Defensoria de primeira instância cível é coordenada por Kikuda. A unidade realiza atendimento ao público, desenvolvendo minutas de documentos oficiais e acompanhamentos processuais. A equipe é formada por três profissionais: a assistente técnica Waldivia Santos, a analista jurídica Jessica Costa e a estagiária de graduação Rafaela Contes.

“Durante o atendimento, faço questão de buscar o assistido na recepção, abrir a porta para ele entrar. Acredito que isso gera uma conexão desde o primeiro contato. Toda a equipe aqui é dedicada. As meninas que trabalham comigo procuram realizar um atendimento de qualidade. Não há como garantir que a pessoa irá ganhar ou perder um processo. Mas nos dedicamos ao máximo”, elogia Kikuda.

Para Rafaela Contes, é importante dar suporte aos assistidos no uso de tecnologias adotadas pela Instituição, o que faz parte da rotina na unidade.

“Sobre a questão de acesso ao Telegram, lidamos com assistidos de diferentes faixas etárias e público heterogêneo. Isso requer muita sensibilidade na comunicação por meio de ligações periódicas,

“Procuramos fornecer um atendimento humano e personalizado, respeitando a individualidade e as limitações de cada um e buscando ter o máximo de empatia e respeito com suas histórias”, explica a analista Jéssica Costa.

Na sala da unidade há um mural com fotos dos servidores e estagiários que tiveram passagem pela 10.a DP cível. O “cantinho especial” reforça a contribuição dos profissionais que fizeram parte da história do setor. Veja no vídeo abaixo.

principalmente para agendar reuniões com o defensor presencialmente ou de forma virtual”, detalha a estagiária.

Curiosidades

Nos momentos em que não está trabalhando, o que faz? Eu gosto de pescar, ficar fora da cidade. Gosto desse contato com a natureza. Eu gosto de lugares sossegados.

Um livro preferido? Livros de psicologia para entender como é o comportamento humano.

Como quer ver o defensor Vitor Kikuda no futuro? Penso assim: até meu último dia na Defensoria, quando eu me aposentar, quero estar em um nível igual ao que entrei, bem preparado. Até a última semana, quero ser um profissional completo.

Texto: Ítala Lima F. Fialho/ DPE-AM

Imagens: Evandro Seixas/ DPE-AM

Edição de vídeo: Marco Moraes/ DPE-AM

Clique [aqui](#) e saiba mais!